

SALAZARISMO E RESISTÊNCIA EM BELO HORIZONTE/MG:

O Centro da Colônia Portuguesa e sua vã ideia de
associação apolítica

SALAZARISM AND RESISTANCE IN BELO HORIZONTE/MG:

The Center of Portuguese Colony and its vain idea
of an apolitical association

PEDRO BARATA ¹

Data em que o trabalho foi recebido: **24/09/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **09/10/2024**

¹ Mestre em Ciências Sociais (PUC Minas). Especializado em Memória e Historiografia: Patrimônio Cultural e Identidades em Minas Gerais (PUC Minas). Bacharel e Licenciado em História (PUC Minas). Diretor Cultural do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte. E-mail: pedroh.barata@hotmail.com

SALAZARISMO E RESISTÊNCIA EM BELO HORIZONTE/MG: O Centro da Colônia Portuguesa e sua vã ideia de associação apolítica

RESUMO

O presente artigo busca apresentar um pequeno recorte de como o salazarismo, enquanto força política, e de dominação às casas de imigrantes portugueses no Brasil, fez vencer qualquer tentativa de rechaço frente ao autoritarismo lusitano. Ainda que as associações possuísem estatutos próprios, que por vezes condenavam qualquer visão política, sabemos que o viver em sociedade é um ato político. O que resta nos perguntarmos a seguir é: que lado deve ser celebrado, e qual deva ser combatido? É importante ressaltar que não discutiremos as lutas contrárias ao regime. Apresentaremos certa ‘resistência no exílio’ feita pelos associados do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte (CCLB), que não comungavam com as práticas lideradas por Salazar e seu crápulas. Dessa maneira, foram analisados documentos oficiais produzidos pela associação, primordialmente as fichas cadastrais dos associados e os livros de atas de reuniões da diretoria.

Palavras-chave: Imigração. Salazarismo. Centro da Comunidade Luso-Brasileira. Centro da Colônia Portuguesa.

SALAZARISM AND RESISTANCE IN BELO HORIZONTE/MG: The Center of Portuguese Colony and its vain idea of an apolitical association

ABSTRACT

This article seeks to present a small outline of how Salazarism, as a political force, and of domination over the homes of Portuguese immigrants in Brazil, defeated any attempt to reject Lusitanian authoritarianism. Even though the associations had their own statutes, which sometimes condemned any political vision, we know that living in society is a political act. What remains to be asked is: which side should be celebrated, and which should be fought? It is important to emphasize that we will not discuss struggles against the regime. We will present a certain 'resistance in exile' carried out by members of the Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte (CCLB), who did not share the practices led by Salazar and his scoundrels. In this way, official documents produced by the association were analyzed, primarily the members' registration forms and the minutes books of board meetings.

Keywords: Immigration. Salazarism. Luso-Brazilian Community Center. Center of Portuguese Colony.

INTRODUÇÃO

O ano de 2024 marca o celebrar para o povo português. Festejar para aqueles que lutaram contra o governo autocrata de António de Oliveira Salazar. A Revolução dos Cravos — movimento popular majoritariamente pacífico, que derrubou com flores uma das mais duradouras ditaduras do século XX — completou seu cinquentenário em 25 de abril de 2024. Para além do comemorar, vê-se a necessidade de nunca esquecer — Barata (2023, p. 105) indica que “podemos perceber a memória coletiva como um dos sustentáculos da construção de identidades” —; de rememorar como, em locais longínquos de Portugal, o salazarismo era alavancado — às vezes, por debaixo dos panos —, e também combatido. Para tal, precisamos nos conectar à casa de imigrantes portugueses sitiada em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. O presente artigo utilizou-se da análise de fontes primárias do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte (CCLB), como diversas atas de reuniões da Diretoria Executiva e de Assembleia Geral, bem como de um minucioso estudo das fichas cadastrais dos associados dessa casa de imigrantes. Para compor com maior robustez nossa análise, algumas informações foram confirmadas em entrevistas semiestruturadas com portugueses emigrados que saíram de Portugal durante a ditadura de António de Oliveira Salazar, realizadas ao longo dos últimos dez anos.

O Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte², teve sua origem concebida em concomitância aos primeiros anos de vida da nova capital de Minas Gerais. Como sujeitos emigrados vivendo em uma nova metrópole, cinquenta e três cidadãos portugueses reuniram-se em 15 de setembro de 1912 na sede da Associação dos Empregados no Comércio de Minas Geris para fundar a casa de luso imigrantes em Belo Horizonte, que tinha como pilar principal ajudar aos patrícios necessitados e preservar as tradições portuguesas que eram veladas apenas em espaço doméstico. Batizada inicialmente de Centro da Colônia Portuguesa de Belo Horizonte (CCP), hoje, essa centenária associação celebra 112 anos de luta, perseverança e manutenção cultural. E,

² Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte é o nome atual do antigo Centro da Colônia Portuguesa de Belo Horizonte. A mudança na nomenclatura ocorreu no ano de 1970. Quando falarmos em CCLB, CCP, Centro ou Colônia, estamos nos referindo à mesma associação.

por diversas vezes, as identidades alavancadas nas festividades do CCLB foram e ainda vão de encontro com o ideal de cultura pleiteado por Salazar.

A escolha do nome, aparentemente simples e óbvio para o momento histórico em que foi concebido, não foi facilmente aceita: algumas dúvidas surgiram na mente dos presentes. Na primeira década do século XX, Portugal e Brasil passaram por experiências políticas parecidas — dadas as devidas individualidades de cada caso. Se em nosso solo nacional a república havia sido implementada por um golpe de estado desde o ano de 1889, em terras lusas, o republicanismo como forma de governo iniciou-se apenas em 1910. Na reunião para a criação do novo Centro, alguns convivas acreditavam que ali se fundaria um novo partido político, devendo-se ser cunhado ‘Centro Republicano Português’. Deliberou-se por bem constar em ata a imparcialidade do Centro, preservando seu cariz beneficente:

A nova associação não cogitava de política, mas sim simplesmente de fins beneficentes, visto como a Colônia Portuguesa aqui residente era ainda pequena e por isso julgava mais acertado que se expurgasse de seu seio todo o credo político, resultando daí a união da mesma Colônia que assim se tornaria forte e coesa para a convocação de seus fins. Eram todos portugueses que ali se achavam e, não obstante os diversos ideais políticos que professavam, não devia cogitar deles, mas sim e tão somente de tendo bem mantida a ideia da Pátria promovendo o auxílio e beneficência aos seus associados em particular e a todos os portugueses que aqui aportem em geral (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1912, p. 2).

Essa imparcialidade do Centro, que confirmava que a recém-fundada casa de imigrantes não cogitava de política, é elevada até os dias atuais, sempre que alguma discussão acalorada com viés político toma a cena em reuniões. Insofismável é: se de fato existiu essa imparcialidade, durante o governo de Oliveira Salazar ela foi escamoteada, e é isso que abordaremos nesse artigo.

SALAZAR E AS ASSOCIAÇÕES ALÉM-MAR

Ao longo dos anos, do enrijecimento como instituição e do fortalecimento de suas práticas no cenário belo-horizontino, o Centro da Colônia Portuguesa passou a ser referência no acolhimento aos imigrantes portugueses da capital mineira. Chegou a atingir, ainda nos primeiros anos, as funções desempenhadas pelo associativismo imigrante: “a quebra do isolamento social, a afirmação dos valores, o apoio assistencial e

a defesa de seus interesses” (Cabral, 2009, p. 84). Adquiriu sua Sede Social e administrativa em 1917, comprando um terreno no Centro de Belo Horizonte e, desde 1943, o endereço se mantém o mesmo, sitiando-se à Rua Curitiba, 746.

O quadro associativo do CCLB é bastante plural, composto por portugueses de diversas regiões de Portugal continental, suas ilhas e antigas colônias em África. Vale ressaltar, que até o ano de 1969 era proibido a filiação de qualquer pessoa não portuguesa de origem, incluindo os filhos dos portugueses nascidos no Brasil, o que gerava acaloradas discussões sobre a abertura das portas para brasileiros. Sabemos que a imigração portuguesa para o Brasil existe desde o período colonial, ganhando diferente força durante o início da república brasileira. Um dos fatores que alavancaram a entrada de portugueses no Brasil a partir do século XIX foi o desejo da elite dominante em aumentar a população branca do país. Nunes (2003, p. 188) desvenda essa prática: “durante a primeira metade do século XIX, vários governos brasileiros subsidiaram portugueses, alemães, suíços e irlandeses, entre outros europeus, se estabelecerem no Brasil”. Além disso, Emília Viotti da Costa (1999, p. 378), conclui ao dizer que inúmeros brasileiros, principalmente das elites, esperavam “que a imigração europeia trouxesse para os trópicos o ‘fluxo do vivo, vigoroso e sadio sangue caucasiano’”. Temos ainda a concepção de Almeida (2000, p. 191), quando revela que as elites “imaginavam os imigrantes europeus como representantes de ‘raças’ superiores destinadas a branquear uma população mestiça e negra”.

Para melhor elucidação do leitor, atentemo-nos à história de Portugal. O país ibérico atravessou, a partir de 1910, por sua Primeira República em que um Governo Provisório regeu o país, seguido da Ditadura Militar iniciada em 1926 e, posteriormente, prorrogada pela Ditadura Nacional, constitucionalizada com o Estado Novo de Salazar em 1933. O líder que cultuava a própria personalidade “assumiu uma postura visceralmente anticomunista, antiliberal e antidemocrática” (AUGUSTO, 2011, p. 21). Na visão da propaganda política de Salazar, o Estado Novo português não era autoritário, mas sim um estado de direito, pois era regido por uma Constituição, e pela tríade que vigorou durante todo o fenômeno do salazarismo: Deus, Pátria e Família. Devemos nos lembrar que “esse ideal de ‘família’ se referia a uma família específica, subordinada aos dogmas do catolicismo conservador, baseada na autoridade hierárquica do pai, na

dedicação prioritária das mulheres ao lar e em filhos colaborativos e submissos” (Scott, 2018, p. 329).

A partir de meados do século XX, muitos lusos cidadãos, associados da Colônia Portuguesa, atravessaram o Atlântico em busca de melhores condições de vida frente à ditadura salazarista que alcançou ao longo do seu enrijecimento pelos anos, os momentos de maior cerceamento político e profunda crise econômica, respaldada pelas Guerras Coloniais com os países da África — caso específico de alguns associados do CCLB. Outro fator importante para esse movimento migratório, foi o Decreto Legislativo n.º 70.391, de 1972, que promulgou a “Igualdade de Direitos e Deveres, entre Brasileiros e Portugueses”, no qual em seu artigo primeiro fica evidenciado que “os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozarão de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais” (Brasil, 1972), fazendo com que a chegada e permanência desses imigrantes se tornassem mais ativas, sendo velados até direitos políticos mesmo com as duas nações vivendo períodos ditatoriais.

Como estadista nacionalista, António de Oliveira Salazar praticava aversão ao estrangeirismo no território continental e colonial portugueses, e utilizava-se da língua mãe para o desenvolvimento do Estado-Nação lusitano. O estadista tinha grande preocupação frente à questão da emigração portuguesa e tentou, por meio da propaganda política, alavancar a cultura lusa frente às comunidades emigradas. De acordo com Rodrigues (2013, p. 51), “Salazar recupera elementos do universo rural para produzir o ‘nacional’ como referência à memória do imigrante”. Essa nova valorização cultural presente no Estado Novo português reorientou as festividades realizadas pelo Centro da Colônia Portuguesa de Belo Horizonte, mostrando seu alinhamento com o governo. Para adentrarmos nas discussões sobre cultura, recorremos a Clifford Geertz.

[Cultura] denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (Geertz, 2022, p. 66).

Dessa maneira, a construção da cultura portuguesa durante o salazarismo e nas comunidades emigradas devem ser entendidas a partir das expressões herdadas e da simbologia que elas carregam, interpretando e traduzindo o projeto do Estado português.

Podemos discutir que a cultura portuguesa como processo social foi criada entre os empreendimentos de seus diversos sujeitos (como projeto nacionalista a partir das comunidades e das características dos diferentes regionalismos). Sendo uma consciência coletiva, essa cultura portuguesa poderia ser absorvida por todas as suas camadas, incluindo as associações além-mar. Vê-se a necessidade de “dar um retrato de Portugal ao mundo” (Alves, 2007, p. 67). Para o Estado-Nação do século XX, a imposição e a difusão de uma cultura única dentro de seu território se faziam fundamentais. Meneses (2011, p. 123) aponta que “o nacionalismo era necessário como meio que permitiria manter a sociedade portuguesa unida em face das dificuldades”.

O governo ditatorial de Salazar aproximava-se de uma nação ambivalente, ou seja, era a responsável pela “etnografia da sua própria historicidade” acercando-se de abrir “a possibilidade de outras narrativas sobre as pessoas e suas diferenças” (Sardo, 2008, p. 414). Contudo, simultaneamente, excluía características regionais que se afastavam do ‘português real’. Sendo assim, a propaganda política do governo se preocupava em divulgar a cultura que eles acreditaram ser a ‘verdadeira’. Salazar utilizava-se da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)³ e principalmente da propaganda, conhecida como ‘política de espírito’ para engrandecer seu trabalho, e, se necessário fosse, “transferir a responsabilidade pelas falhas do Estado Novo para terceiros, acusados de não aceitarem de corpo e alma os novos tempos” (Meneses, 2011, p. 126). A ‘verdadeira cultura portuguesa’ que foi manifesta ficou conhecida como portugalidade.

A partir de então, a ‘política de espírito’ passou a utilizar-se de mecanismos de alienação política, “sobretudo através de um tríptico que a oposição democrática designou por ‘o País dos três efes’: *fado*, *futebol* e *Fátima*” (Sardo, 2008, p. 439), e que posteriormente aderiu ao quarto efe: o *folclore*. Tinha-se a visão do folclore com uma “intencional ruralidade como imagem de marca de uma cultura ‘pura’, não contaminada pelos malefícios da urbanidade” (Sardo, 2014, p. 65). Por fim, essa base cultural serviu

³Foi a polícia política portuguesa entre os anos de 1945 a 1969. Responsável pela repressão durante o regime salazarista. Mudou de nome em 1969 para Direção-Geral de Segurança (DGS) mas continuou praticando as mesmas atrocidades aos opositores do governo. Teve seu fim decretado apenas com a Revolução dos Cravos de 1974.

de sustentáculo para a propagação e promulgação do ‘ser português’ no Centro da Comunidade Luso-Brasileira.

Utilizando-se da propaganda política salazarista que chegou até aos imigrantes que estavam vivendo em Belo Horizonte, desde 1944, o Centro da Comunidade Luso-Brasileira comemorou a data maior do calendário cívico de Portugal, o 10 de junho. O feriado nacional apresenta homenagem ao escritor Luís de Camões, morto nesse dia em 1580. Diferenciando-se da tradição de inúmeras nações ao se elevar o dia do país com uma data de vitória ou emancipação política, Portugal decidiu por vangloriar seu escritor. Essa data era celebrada em Portugal desde o ano de 1880 durante o reinado de D. Luís I, porém foi no decorrer do Estado Novo que o Dia de Portugal passou a ser obrigatório no calendário oficial. Tendo como base os mandamentos ditatoriais de Salazar — “Deus, pátria e família” — , esse feriado passou a ser tratado como Dia da Raça, ou Dia da Raça Portuguesa (Hatton, 2011; Meneses, 2011). Eric Hobsbawm (1997, p. 21) é bastante lúcido ao esclarecer sobre a nova tradição que surgiu, e que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza[-se] [d]a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. Foi apenas a partir da Revolução dos Cravos (1974) que se deu novo significado ao feriado nacional a ser representado como o “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”, tornando-se o “ícone da portugalidade” (Rezola, 2017; Scott, 2018).

O que podemos notar com as ações empreendidas pelas diversas diretorias que compuseram a secular história do Centro da Comunidade Luso-Brasileira é de que, durante a ditadura salazarista, a associação viveu em comunhão à política do autocrata português. Seja celebrando a portugalidade, ou política de espírito elevada por Salazar, seja valorizando o português ruralizado, pobre, mas que tem enorme presença de espírito e coragem de enfrentar as intempéries da vida. Do mesmo modo, em uma associação dita não partidária, algumas atitudes feitas no clausuro das reuniões de Diretoria Executiva merecem destaque. O afã de alguns de seus membros para com o autoritário líder de Portugal fica proeminente, quando é relatado o envio de um telegrama a Salazar felicitando-o pela passagem de seu aniversário (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1964), e quando de sua morte, momento em que a reunião quinzenal dos dirigentes do Centro foi cancelada com todos os presentes já reunidos no recinto:

O Sr. Presidente falou que em virtude do falecimento esta madrugada do Ex. Presidente do Concelho de Ministros, Prof. Dr. Oliveira Salazar, sugeriu suspender os trabalhos. O Vice Presidente Geral, [...] propôs que se dê conhecimento desta decisão ao Consulado, pedindo que transmita votos de pesar do Centro da Comunidade ao Sr. Embaixador de Portugal. Em seguida o Sr. Presidente encerrou a sessão ficando os assuntos pendentes para a próxima reunião (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1970, p. 258).

Essa mesma Diretoria dita apolítica ainda vivenciara viagens em conjunto com outras lideranças, mesmo após a morte de Salazar, dando continuidade à sua ditadura com Marcelo Caetano no poder em Portugal: “o Presidente do CCLB acompanhou o Presidente da República do Brasil (Médici) a uma viagem a Portugal, ausentando-se assim das reuniões” (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1973, p. 142).

A ‘RESISTÊNCIA DO EXÍLIO’

Algumas perguntas são vislumbradas em nossas mentes quando compreendemos que o não tratar de política, ou não celebrar nenhum ato dito político é uma verdadeira aldrabice. E se pensarmos no contrário? Aqueles associados que saíram de Portugal por não suportarem viver momentos de tensão do governo de Salazar, como estavam inseridos na casa do imigrante que deveria os receber de portas abertas? E quando não concordassem com algo do que era feito na associação, onde poderiam reclamar? Não temos respostas para tais questionamentos pelos registros oficiais, mas alguns casos específicos nos mostram como era tratado o antissalazarismo em Belo Horizonte.

O primeiro aspecto que devemos nos ater diz respeito ao medo. Viver em nova terra, por qualquer razão que seja, gera inseguranças e incertezas com a nova vida. Enfrentando, como possível, as amarras do salazarismo, era ainda mais complicado. Silva (2010, p. 113) nos dá uma breve noção de quem eram essas pessoas, ao destacar que “os antissalazaristas do Pós-Guerra (incluindo aqueles que exilaram) singularizavam-se, ainda, por sua diversidade, com uma acentuada presença de militantes comunistas, mas também socialistas, anarquistas, antigos liberais republicanos [...]”. E podemos dizer ainda mais, de pessoas que se diziam ‘comuns’, mas que não aceitavam o sufocamento de um governo autoritário. Carlos Augusto Barata é um desses portugueses que vieram para o Brasil durante a ditadura salazarista; chegou em Belo Horizonte no ano de 1966

com sua esposa, sogra e filha. Construiu sua família e se estabeleceu na capital de Minas Gerais sendo dono de um bar, primeiramente existente no bairro Santa Efigênia, mas que ficou muito conhecido quando funcionava no Edifício Vila Rica, na Rua São Paulo, no Centro de Belo Horizonte — era o local de encontro dos portugueses emigrados para degustar pratos de Portugal. Carlos conta que saiu de Portugal, quando ainda motorista da Carris⁴, por “dar fuga a perseguidos do regime” (comunicação pessoal), e que, já estava marcado por membros da PIDE. Quando inaugurou seu primeiro bar em Belo Horizonte, recebeu no recinto um grupo de cidadãos brasileiros ditos comunistas, que cantaram a Internacional — o hino do socialismo internacional e revolucionário — a plenos pulmões. Ele nos relata: “eu era um estrangeiro recém-chegado ao Brasil, e me deparei com aquilo. Cantei juntamente com eles, e, quando acabamos, pedi para nunca para voltarem ao bar, querendo me afastar de maiores problemas” (comunicação pessoal). Carlos nunca mais viu essas pessoas. O medo de sofrer alguma punição, ainda mais em uma nova terra, era grande. Ele persistiu e conseguiu viver tranquilamente, podendo celebrar a Revolução dos Cravos a distância, momento em que voltou para Portugal pela primeira vez desde a emigração. Em sua casa encontramos dois copos de vidro, dispostos em uma cristaleira, referentes aos capitães de abril, e à revolução que ditou fim a ditadura salazarista.

Devemos destacar também a presença do general Humberto Delgado — grande combatente do regime autocrata e ditatorial de Salazar — que, em conjunto com outros portugueses emigrados e com alguns associados do CCLB conseguiu inaugurar na capital de Minas Gerais um busto em homenagem a Luís de Camões. Em meados de 1960, o então prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros (1959–1962), sancionou a Lei n.º 830⁵, que deu permissão para ser erigido um busto em homenagem ao grande poeta português, Camões (Belo Horizonte, 1960). Feito em bronze, e o pedestal em cimento, o busto foi doado por portugueses associados da Colônia Portuguesa e pela Associação do General Humberto Delgado. Dessa forma, a Diretoria do Centro, em conjunto com o poder público, conseguiu inaugurar em Belo Horizonte um espaço que hoje é conhecido

⁴ Companhia Carris de Ferro de Lisboa, é a empresa de transporte público rodoviário coletivo da capital portuguesa.

⁵ Foi revogada, no ano de 2022, pela mudança sobre a legislação de homenagens do Município — Lei n.º 11.413 (Belo Horizonte, 2022).

como Largo Luís de Camões⁶. Esse local é o seio das comemorações a Portugal, e o ambiente da memória e identidade portuguesa. As imagens da inauguração do busto estão disponíveis para visualização no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, e podemos ver Humberto Delgado retirando o pano que cobria o rosto de Camões para apreciação dos portugueses presentes.

Amigo pessoal de Humberto Delgado e um defensor da democracia, Virgolino Vilhena, antigo associado e ex-Diretor Cultural do CCLB, também passou por penúrias dentro e fora da associação. Tinha ficado preso por um curto período por escrever poesias antissalazaristas nos jornais de oposição ao governo de Oliveira Salazar. Esse luso cidadão fora expulso do quadro associativo do CCLB por mais de uma vez, por proferir discursos contrários ao do estadista, mas é eternamente lembrado por suas poesias e trovas, que sempre lia em eventos cívicos já no século XXI. Por ser declaradamente antissalazarista, se algum amigo desse ilustre português se associava ao Centro, prontamente tinha um memorando descrito em sua ficha cadastral: ‘amigo do Sr. Virgolino’, e é aqui que encontramos duas fontes importantes da luta frente à ditadura.

Ao longo da centenária história do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte, vários associados optaram por não continuarem em dia com suas obrigações estatutárias por diversos motivos: falta de condição financeira, retorno ao país de origem, não verem mais sentido em apoiar a associação e divergências internas. Dentre as discordâncias, em todas as 2.401 fichas de associados já analisadas em estudos passados, apenas duas contém uma discussão com fins políticos. É o caso de HV e JPB⁷. Dois associados que possuem o selo ‘amigo do Sr. Virgolino’ em suas fichas. O contraponto das informações descritas em seus formulários é insuficiente, pois a ata da reunião de Assembleia Geral na qual a confusão aconteceu é pobremente descrita. Sabemos apenas que poucos dias após o último encontro anual dos associados da Colônia Portuguesa no ano de 1960, esses dois senhores se desligaram do Centro.

Dentre os assuntos gerais discutidos na reunião de Assembleia Geral datada a 25 de novembro de 1960, levantou-se discussão sobre a declaração da Organização das

⁶ Em 2004, Fernando Pimentel, então Prefeito de Belo Horizonte, sancionou a Lei n.º 8.968, em que se alterou o nome do Largo Mil Oitocentos e Cinquenta e Dois para Largo Luís de Camões (Belo Horizonte, 2004).

⁷ Seus nomes, e de outros que aparecerão nos livros de atas, serão ocultados por decisão do pesquisador.

Nações Unidas (ONU) que reconhecia que “a subjugação dos povos à dominação e à exploração estrangeira constituía uma negação dos direitos fundamentais do homem, contrariava a Carta das Nações Unidas e comprometia a paz e a cooperação mundiais” (Almada e Santos, 2011, p. 65). Destarte, essa declaração da ONU constata que todos os povos tinham aquiescência à sua autodeterminação, “que consistia na livre escolha do seu estatuto político e na livre promoção do seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (Almada e Santos, 2011, p. 65). Portugal explorava suas colônias em África dizendo serem apenas províncias ultramarinas, e dessa forma, o Estado português não precisava apresentar dados sobre esses territórios nas reuniões da ONU. Na associação dita apolítica, um associado após elogiar sumariamente a Diretoria Executiva que findava seu mandato, mas criticando a falta de portugueses nas celebrações aos 500 anos da morte do Infante D. Henrique (as chamadas Festas Henriquinas), achou por bem censurar as discussões na ONU:

[...] Lamentou que não só nas Festas Henriquinas, mas também nas demais a afluência dos portugueses fosse tão pequena, que o faziam corar de vergonha, pelo que ele considera de **falta de patriotismo**. Com emoção e para terminar sugeriu que se mandasse um telegrama ao nosso governo como solidariedade contra os ataques proferidos na ONU, por **nações comunistas**, contra a nossa **soberania nos territórios africanos portugueses** (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1960a, p. 51, grifo nosso).

Seguido a isso formou-se o rebuliço. Alguns associados foram a favor ao envio do telegrama, outros contrários. Um inclusive, F. S., pediu para que fosse lavrado em ata sua consideração sobre o assunto em discussão: “a Colônia deveria se abster de enviar tal telegrama ao governo português, pois considera que deverão ser outros assuntos a serem tratados pela nossa Associação, que foi fundada com outra finalidade que não de assuntos políticos como era o caso” (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1960a, p. 51). A conclusão foi a suspensão da reunião.

O Sr. C. R., Presidente da Mesa, chamou com certa energia a atenção da Assembleia que não poderia dar continuidade à reunião a menos que se parasse de discutir o assunto. Como não atendessem às suas advertências o Sr. Presidente da Mesa não teve outra alternativa e suspendeu a reunião (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1960a, p. 51).

A continuação dessa Assembleia Geral, que deveria discutir outros assuntos previamente estipulados, teve lugar em 19 de dezembro de 1960, quase um mês após o pequeno entrevero. Nesse momento o governo português já tinha enviado sua resposta a ONU, contrariando a autodeterminação dos povos. Os primeiros dizeres da ata dessa reunião já retoma o assunto.

Aberta a sessão pelo Presidente da Mesa Sr. J. C. R. o mesmo pediu para que a digna Assembleia se manifestasse congratular-se com o nosso governo pela maneira como vinha defendendo na ONU direitos da nossa soberania nos territórios ultramarinos, como, aliás estava sendo feita pelas nossas congêneres portuguesas. Ficou resolvido por maioria que assim se procedesse manifestando nossas congratulações e apoio: o associado Sr. F. S. se manifestou contrário a opinião da maioria (Centro da Comunidade Luso-Brasileira, 1960b, p. 52).

Após essa explanação, o mesmo senhor que havia encerrado a reunião anterior, vetou a palavra de qualquer associado contrário a essa decisão da Assembleia Geral, utilizando de métodos pouco democráticos para a discussão de ideias. É aqui que entendemos porque HV e JPB decidiram por se excluírem do quadro associativo do CCLB. Os pedidos de demissão desses dois lusos cidadãos estão afixados em suas fichas cadastrais. Apontemos o primeiro pedido, de HV.

Venho por esta pedir a minha demissão de sócio desse Centro. Tomei essa deliberação, pelo que vou relatar a seguir: não podendo concordar, que na última Assembleia ordinária tenha sido posta em votação, uma proposta declaradamente política, quando os Estatutos nos vedam essa prerrogativa, vindo assim desmoralizar, não só o elevado conceito dessa casa, como ainda desrespeitarem os Estatutos, humilhando assim os princípios desta, usando a arrogância e o menosprezo, pelo que está escrito nos Estatutos, imitam assim ditadores que passam por cima da constituição, como esta fosse objeto inútil. Uma sugestão: quem sabe se **mudando o rótulo para o Centro fascista português**, estaria mais a contento dessa Diretoria? Termino pedindo mais uma vez a minha demissão, por não poder concordar em dar ao meu apoio a ditadores, visto ser um grande admirador da democracia (V. H., 1960, n.p., grifo nosso).

Esse mesmo ex-associado, descontente com os rumos políticos que o Centro estava tomando, aparece no periódico ‘A última hora’ de Minas Gerais, em 1º de março de 1961, em manchete nomeada ‘Fundos contra Salazar’, em que convocam outros antissalazaristas para doarem valores contra a causa: “Os belo-horizontinos que desejam ver derrubada a ditadura em Portugal podendo enviar sua doação para os seguintes

endereços [...]”. Esse recorte do jornal foi anexado à sua ficha cadastral meses após o mesmo não ser mais parte integrante do quadro associativo do Centro. É interessante percebermos algo a mais em sua ficha: ele foi reintegrado ao Centro, dois meses após a morte de Salazar. Na mesma vertente, temos o caso de JPB, o qual procede da mesma maneira de seu antecessor.

Em virtude, digo, em vista das irregularidades que verifiquei na última Assembleia, em que o Presidente tomou atitudes facciosas pondo em votação uma proposta de caráter político que não é permitido pelos Estatutos, e proibindo o uso da palavra a um associado que discursava da aprovação dessa proposta, venho por isso pedir a minha demissão, pois não desejo fazer parte dum **órgão da Ditadura**, que pensava no início ser uma sociedade para Portugueses de todos os credos (B. J. P., 1960, n.p., grifo nosso).

As atas seguintes a esses eventos não mencionam nada sobre o telegrama enviado ao governo português em defesa dos seus interesses frente a ONU. Sabemos que essa ação da Organização das Nações Unidas foi fundamental para alinhar “o caminho para que a questão colonial portuguesa passasse a ser considerada como prioritária e abriram a porta à participação ativa dos movimentos de libertação das colônias portuguesas nas atividades das Nações Unidas” (Almada e Santos, 2011, p. 69); um golpe no salazarismo. Não existe, também, relatos de novas discussões sobre os defensores do governo de Salazar que se diziam apolíticos. Há, no entanto, o relato oral de outro associado, que em visita costumeira à Sede Social ouviu membros da Diretoria Executiva saudando o ditador com gritos de ‘Viva, Salazar’, o que ele prontamente respondeu com ofensas contrárias ao autocrata. Resolução: ficou suspenso por tempo indeterminado de participar da vida social do Centro. Hoje é dos associados mais ativos nos encontros dos finais de semana da associação.

Para quando do fim da ditadura, e vitória da Revolução dos Cravos não temos nenhuma menção desse momento histórico. Não há relato algum sobre a liberdade de Portugal obtida em 1974 nas atas da reunião da Diretoria Executiva. Indaga-se: o Centro não trata de política até que medida? Houve uma clara seleção sobre o que celebrar e o que não comemorar. Felizmente, no ano de 1986, Portugal criou a Comissão Executiva Nacional das Comemorações do Dia de Portugal, a qual promoveu a ida de 15 jovens imigrantes a participarem dos eventos de celebração da data na cidade alentejana de

Évora. Dos vários países contemplados para o evento, o Brasil se fez representado pela jovem Helena Maria Antunes Barata. Atualmente associada do CCLB e frequentadora assídua da Associação, a imigrante viu nessa oportunidade a chance de engrandecer a cultura portuguesa e celebrar a Revolução dos Cravos frente à data máxima de Portugal. Em matéria do jornal ‘O mundo português’, posteriormente à sua volta, e tendo maior contato com o diferente Portugal de quando viera para o Brasil, a imigrante exalta: “mesmo depois dos anos e dos novos rumos que o país tomou depois do 25 de abril de 1974, onde muitas vezes foi colocado de lado o valor da cultura, hoje os jovens tentam remoldar o que foi desviado por muitos anos” (Premiada..., 1986, p. 20). Esse relato demonstra mais um lampejo de sensatez dos associados do Centro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução dos Cravos é parte do orgulho português, deve-se perceber “o 25 de abril como um momento de ruptura para com o passado” (Martinho, 2017, p. 55) salazarista e marcelista. Poder-se-ia comemorar, atualmente, a independência de Portugal ao jugo de Salazar com muito mais ênfase e animosidade, caso esse movimento histórico estivesse totalmente aprofundado no imaginário dos associados do Centro. Como nos mostra Halbwachs (1990, p. 25), “se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais”. Infelizmente não é o que percebemos. No ano em que se completa o cinquentenário da Revolução dos Cravos e do fim do salazarismo, o que ficou são apenas mensagens de luta contra a opressão que assolou Portugal por tantos anos. Não houve uma festa, por motivos exteriores à vontade de membros da Diretoria Executiva; não houve uma celebração.

Restaram apenas as memórias dos que, de alguma maneira, enfrentaram, como puderam, o salazarismo escondido em Belo Horizonte. Isso é apenas um recorte, as discussões não se findam por aqui. Deve-se ouvir e conhecer outras tantas partes. De acordo com Paschkes (1985, p. 84), “a característica principal do salazarismo foi vista por toda a oposição portuguesa como sendo um ‘Estado fascista’”. No Salão Nobre, espaço onde as reuniões de Diretoria Executiva continuam a acontecer, ainda se vê,

enfeitando as paredes do espaço, o retrato do ditador. Nas festividades regionalizadas, a elevação do ‘quarto efe’ na política de espírito do Estado Novo, rouba a cena: o folclore. O que se viveu em Portugal em 25 de abril de 1974 “foi a ocorrência da Revolução possível para um país que precisava voltar para a Europa” (Augusto, 2011, p. 172). São nas minúcias das diversas identidades que compõem essa centenária associação que percebemos que não existem locais apolíticos, mas sim lugares que decidem escolher o que vão defender ou atacar. Esperamos que a democracia reine sobre esses espaços, e qualquer respingo de ditadura seja totalmente execrado nesse ano de comemoração ao cinquentenário da Revolução, e nos tempos vindouros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA E SANTOS, Aurora. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, p. 61–69, jun. 2011.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra**: raça, cultura e política da identidade. Oeiras: Celta Editora, 2000.

ALVES, Vera Marques. “A poesia do simples”: arte popular e nação no Estado Novo. **Etnográfica**, vol. 11 (1), p. 63–89, maio 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1951>. Acesso em: 12 fev. 2022.

AUGUSTO, Claudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BARATA, Pedro. **Associativismo e multiculturalismo além-mar**: a preservação da memória e a efervescência cultural portuguesa no Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte (1968–1988). 2021. Monografia (Bacharelado em História). Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021.

BARATA, Pedro. **Do Santo e do Vinho**: identidade, memória social e tradições portuguesas nas festividades do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte (1962–1992). 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2023.

CABRAL, Alcinda. As associações de imigrantes brasileiros: espaços de e para a cidadania. **Revista Antropológicas**, Porto, n. 11, p. 81–92, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HATTON, Barry. **Os portugueses**. Tradução: Pedro Vidal. 3. ed. Lisboa: Clube do Autor, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Tradução de Celina Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 09–23.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A transição portuguesa: História e historiografia. *In*: GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Menezes (Org.). **Depois dos Cravos**: liberdades e independências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 43–58/.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: biografia definitiva. Tradução de Teresa Casal. São Paulo: Leya, 2011.

NUNES, Rosana Barbosa. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. **Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores**, Açores, 2ª série, vol. VII, p. 173-196, 2003.

PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. **A ditadura salazarista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PREMIADA retorna. **O mundo português**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1.729, 26 set. 1986. Minas Gerais, p. 20.

REZOLA, Maria Inácia. Do romantismo revolucionário a revolução portuguesa de 1974. *In*: GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Menezes (Orgs.). **Depois dos cravos**: liberdades e independências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 11-41.

RODRIGUES, Weslei Estradiote. **“Meu Portugal é a aldeia”**: etnografia de uma dinâmica de circulação migratória e práticas transnacionais. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2013.

SARDO, Susana. Fado, folclore e canção de protesto em Portugal: repolitização e (con)sentimento estético em contextos de ditadura e democracia. **Debates**, UNIRIO, n. 12, p. 63-77, jun. 2014.

SARDO, Susana. Música popular e diferenças regionais. *In*: MATOS, Artur Teodoro; LAGES, Mário Ferreira (Coords.). **Portugal**: percursos de interculturalidade. 1º v.:

Raízes e estruturas. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008, p. 407-476.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Os portugueses**. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, Douglas Mansur. O exílio e a memória da “resistência”: antissalazaristas do Portugal Democrático. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal**. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

DOCUMENTOS JURÍDICOS

BELO HORIZONTE. **Lei n.º 830, de 3 de junho de 1960**. Dispõe sobre a colocação de um busto de Luiz de Camões num dos logradouros da Capital. Belo Horizonte, MG: Prefeitura Municipal, 1960. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/830/1960>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei n.º 8.968, de 26 de outubro de 2004**. Dá o nome de Luís de Camões ao Largo Mil Oitocentos e Cinquenta e Dois, na 10ª Seção Urbana. Belo Horizonte, MG: Prefeitura Municipal, 2004. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/8968/2004>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei n.º 11.413, de 24 de setembro de 2022**. Consolida legislação sobre homenagens no Município. Belo Horizonte, MG: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11413/2022>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 70.391, de 12 de abril 1972**. Promulga a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses. Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70391.htm. Acesso em: 28 ago. 2022.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

B. J. P. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria Executiva do Centro da Colônia Portuguesa. 23 dez. 1960. 1 bilhete.

CENTRO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. **Livro de atas da Assembleia Geral do Centro da Colônia Portuguesa (1954-1970)**. (1960a), Belo Horizonte, 25-11-1960.

CENTRO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. **Livro de atas da Assembleia Geral do Centro da Colônia Portuguesa (1954-1970)**. (1960b), Belo Horizonte, 19-12-1960.

CENTRO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. Livro de atas da Diretoria Executiva do Centro da Colônia Portuguesa (1912-1917). (1912), Belo Horizonte, 22-09-1912.

CENTRO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. Livro de atas da Diretoria Executiva do Centro da Colônia Portuguesa (1963-1971). (1964), Belo Horizonte, 27-04-1964.

CENTRO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. Livro de atas da Diretoria Executiva do Centro da Colônia Portuguesa (1963-1971). (1970), Belo Horizonte, 27-07-1970.

CENTRO DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. Livro de atas da Diretoria Executiva do Centro da Colônia Portuguesa (1971-1974). (1973), Belo Horizonte, 09-05-1973.

V. H. [Correspondência]. Destinatário: Diretoria Executiva do Centro da Colônia Portuguesa. 21 dez. 1960. 1 bilhete.